

## A DIMENSÃO DIALÉTICA DO TRABALHO NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA EDUCAÇÃO

## LA DIMENSIÓN DIALÉCTICA DEL TRABAJO EN LA PRODUCCIÓN CIENTÍFICA DE LA EDUCACIÓN

## THE DIALECTICAL DIMENSION OF LABOR IN THE SCIENTIFIC PRODUCTION OF EDUCATION

DOI: <https://doi.org/10.9771/gmed.v15i1.51550>

Sheila Nunes Pereira<sup>1</sup>

**Resumo:** É surpreendente, considerando a importância decisiva que Marx deu ao duplo caráter do trabalho, como a contradição entre o trabalho concreto e o trabalho abstrato tenha recebido pouca atenção na produção científica da área da educação. Neste artigo, buscamos analisar como a dimensão dialética do trabalho é apreendida pela produção científica da educação. Para tal objetivo, na primeira seção, propomos identificar o nexo dialético entre as propriedades da mercadoria e as determinações do duplo caráter do trabalho na teoria marxiana; na segunda seção, buscamos identificar a concepção da produção científica da educação em teses e dissertações sobre a dimensão dialética do trabalho, mediante análise crítica do conteúdo. A princípio, dada a delimitação da pesquisa, identificamos duas concepções distintas: uma que nega o caráter transhistórico do trabalho concreto, outra que reduz o trabalho abstrato a trabalho produtivo.

**Palavras-chave:** Dialética do trabalho. Produção científica. Educação.

**Resumen:** Es sorprendente, teniendo en cuenta la importancia decisiva que Marx dio al doble carácter del trabajo, cómo la contradicción entre trabajo concreto y trabajo abstracto ha recibido poca atención en la producción científica en el campo de la educación. En este artículo, pretendemos analizar cómo la dimensión dialéctica del trabajo es apreendida por la producción científica de la educación. Para esto, en la primera sección, nos proponemos identificar el vínculo dialéctico entre las propiedades de la mercancía y las determinaciones del carácter dual del trabajo en la teoría marxiana; en la segunda sección, buscamos identificar la concepción de la producción científica de la educación en las tesis y disertaciones sobre la dimensión dialéctica del trabajo, a través del análisis crítico de contenido. En un primer momento, dada la delimitación de la investigación, identificamos dos concepciones distintas: una que niega el carácter transhistórico del trabajo concreto, otra que reduce el trabajo abstracto al trabajo productivo.

**Palabras clave:** Dialéctica del trabajo. Producción científica. Educación.

**Abstract:** Considering the decisive importance that Marx gave to the double character of labor, it is surprising how little attention the scientific production in the field of education has paid to the contradiction between concrete and abstract labor. In this article, we aim to analyze how the scientific production of education apprehends the dialectical dimension of labor. For such purpose, in the first section, we propose to identify the dialectical link between the properties of the commodity and the determinations of the double character of labor in Marxian theory; in the second section, we seek to identify the conception of the scientific production on education in theses and dissertations about the dialectical dimension of labor through a critical analysis of their content. At first, due to the delimitation of the research, we have identified two distinct conceptions: one that denies the transhistorical character of concrete labor and another that reduces abstract labor to productive labor.

**Keywords:** Dialectical of Labor. Scientific Production. Education.

### **Introdução**

Em carta<sup>2</sup> a Engels, Marx destaca o duplo caráter do trabalho, entre os melhores argumentos do Livro Primeiro, em *O capital*, seja ele expresso em valor de uso ou em valor. A relevância, atribuída por Marx, pode ser naturalmente compreendida, uma vez que a dimensão dialética do trabalho fundamenta a lei do valor. Nessa obra, Marx toma como objeto de investigação o modo de produção capitalista e suas relações de produção e de circulação, com o objetivo de desvelar a lei econômica que o determina.

*O capital* resulta de imenso esforço teórico, o qual revela a essência das relações sociais capitalistas. Nele, a mercadoria é a célula da sociabilidade do capital, a unidade expressa pela contradição valor de uso e valor. Como valor de uso, satisfaz necessidades humanas; como valor, satisfaz necessidades do capital. Assim, a mercadoria decorre do trabalho, que se manifesta pela contradição entre trabalho concreto e trabalho abstrato. Nesse sentido, compreender o nexo entre as determinações contidas na mercadoria e a dupla determinação do trabalho é fundamental para entender a lei que rege o funcionamento da sociedade capitalista.

Diante da importância atribuída por Marx ao duplo caráter do trabalho e dos argumentos referenciados, coloca-se a questão: como o duplo caráter do trabalho, em Marx, é compreendido pela produção científica da educação? Avaliamos que a resposta para tal questão passa pelo método marxiano, sobretudo, pelo reconhecimento de sua dimensão ontológica e dialética, na qual a sociedade capitalista resulta do desenvolvimento histórico do ser social como forma particular, constituída por relações dialéticas entre o agir humano e os complexos sociais, relações permeadas por limites e possibilidades.

A partir dessa questão, a pesquisa oferece um primeiro deslocamento a uma resposta. O objetivo proposto é analisar como a dimensão dialética do trabalho é apreendida pela produção científica da educação. Para tanto, na primeira seção, propomos identificar o nexo dialético entre as propriedades da mercadoria e as determinações do duplo caráter do trabalho, expressas pela contradição entre o trabalho concreto e o trabalho abstrato. Na segunda seção, buscamos identificar a compreensão da produção científica da educação sobre a dimensão dialética do trabalho, publicada no Catálogo de Teses e Dissertações (CAPES), mediante análise crítica do conteúdo.

Como resultado da pesquisa, identificamos quatorze trabalhos (teses e dissertações), publicados no período entre 1991 e 2012; contudo, foi possível a análise crítica de nove produções, devido à indisponibilidade das demais nos repositórios institucionais. O estudo de conteúdo mostrou que a compreensão das produções científicas da educação sobre o duplo caráter do trabalho situa-se entre duas concepções distintas. A primeira concepção nega o caráter transhistórico do trabalho concreto; a segunda, reduz o trabalho abstrato a trabalho produtivo.

### ***O nexó dialético entre valor e trabalho em Marx***

Nesta seção, inicialmente, apresentamos reflexões metodológicas no sentido de posicionar os argumentos, com o objetivo de identificar o nexó dialético entre as propriedades da mercadoria e as determinações do duplo caráter do trabalho.

Há, no debate marxista, diferentes entendimentos sobre o método, e divergências acerca das razões de o porquê Marx teria iniciado sua análise pela mercadoria, e não pelo “histórico” capítulo vinte e quatro do primeiro volume de *O capital*. São distintas as divergências sobre o método, mas advém de uma interpretação que postula uma espécie de linearidade na apreensão histórica marxiana. A própria exposição da obra sustenta o argumento contrário. Nela Marx apreende o desenvolvimento histórico do capital analisando-o com o intuito de capturar sua lógica causal. Ao capturar essas causalidades constrói uma teoria que explica o movimento do capital na história.

Como a realidade histórica é repleta de múltiplas relações concretas, Marx emprega a “força da abstração” para capturar, teoricamente, as causalidades do desenvolvimento histórico. O processo abstrativo de um objeto histórico, constituído por infinitas determinações, é um contínuo na descontinuidade histórica, permeada por avanços e retrocessos.

Nesse movimento, a análise categorial desloca-se de um nível elevado de abstração para um nível mais concreto, no qual um número maior de determinações é incorporado na análise. As categorias são examinadas e expostas de acordo com a complexidade própria do objeto estudado. É um movimento permanente do pensamento marxiano. Marx, ao se apropriar do processo histórico, abstrai as legalidades e as causalidades desse movimento com vistas a explicar a história.

Desse modo, a abstração não é um movimento arbitrário do intelecto, para Lukács (2012), por exemplo, é um meio que torna possível apreender a essência do ser. O ser social possui forma de manifestação fenomênica (aparência) e um conteúdo (essência) que o constitui. A manifestação fenomênica, por sua vez, não é uma mera projeção do intelecto sobre o objeto – é parte constitutiva do ser, portanto, é real. Embora aparência e essência sejam elementos formadores do ser, não há identidade entre elas, se assim o fosse “[...] toda ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente” (MARX, 2017b, p. 880).

A crítica da aparência não consegue alcançar a essência do objeto. Lukács (2012), desde sua concepção ontológica, apresenta argumentos que justificam a abstração como meio de alcançar as determinações constitutivas da essência do ser. Para ele a abstração não é um processo que o intelecto impõe ao objeto, uma vez que tais determinações estão no objeto. As propriedades do objeto determinam o modo de conhecê-lo. Para tanto, torna-se, indispensável, uma caracterização geral do objeto por meio da ontologia. Ela, como estudo da essência do ser, possibilita esse conhecimento. Ao examinar o objeto, por meio de estudo que capte sua essência, pode-se reconhecer, nele, características singulares, particulares e universais. Desse modo a relação dialética entre aparência e essência; a relação dialética entre

universal e singular, mediado pelo particular, operam como fundamento ontológico do processo abstrativo em Marx.

Nos *Manuscritos econômico-filosóficos* de 1844, Marx (2015, p. 376) argumentou que: “Um ser que não tenha sua natureza fora de si não é nenhum ser natural, não toma parte na essência da natureza. Um ser que não tenha nenhum objeto fora de si não é nenhum ser objetivo [...]. Um ser não objetivo é um não-ser” e, nos *Grundrisse* (2011, p. 59) alegou que “[...] as categorias expressam formas de ser, determinações de existência [...]”. Essas passagens deixam nítida a compreensão marxiana sobre a prioridade ontológica do ser em relação à consciência e sobre o fato de que a própria existência do ser, como objeto, torna possível o conhecimento humano.

É uma manifesta ruptura de Marx com a filosofia hegeliana. Ainda, no primeiro volume de *O capital*, Marx reconheceu que o método aplicado na obra foi raramente compreendido, dadas as interpretações contraditórias de sua época. Distintas foram as adjetivações, como a de Illarión Ignátievich Kaufmann, que o considerou realista quanto ao método de investigação, mas, infelizmente, dialético-alemão quanto ao método de exposição. Ele argumentou que Kaufmann, de modo acertado, descreveu seu método dialético, contudo, realizou ponderações sobre ele ser dialético-alemão.

Meu método dialético, em seus fundamentos, não é apenas diferente do método hegeliano, mas exatamente seu oposto. Para Hegel, o processo de pensamento, que ele, sob o nome de Ideia, chega mesmo a transformar num sujeito autônomo, é o demiurgo do processo efetivo, o qual constitui apenas a manifestação externa do primeiro\*. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem. (MARX, 2017a, p. 90).

A concepção marxiana, que pleiteia a prioridade ontológica do ser em relação à consciência e postula a existência do ser como objeto passível de conhecimento, é precisamente oposta à concepção hegeliana, que identifica as distintas formas sociais como expressão do *Geist*, o “demiurgo” organizador do universo. Em *A Razão na História*, Hegel (2013) sustenta que a sociedade moderna é a forma última da manifestação do *Geist*. Nessa sociedade ele se transforma em sujeito e objeto idênticos. Assim, na medida em que Hegel concilia sujeito e objeto e posiciona a teleologia na história, decreta o fim da história.

Para a concepção marxiana, a ideia não preexiste à materialidade da vida; ao contrário, as ideias são resultado da interação humana com o meio. Como argumenta Lukács (2012), não há identidade entre sujeito e objeto, porque há um distanciamento necessário entre o sujeito que pensa o mundo e o mundo (objeto) que ele transforma. E justamente porque não há identidade entre sujeito (teleologia) e objeto (causalidade) é que a história está aberta a possibilidades.

A análise da sociedade capitalista, realizada por Marx, tem como ponto de partida a observação da forma mais elementar, mais aparente da riqueza social, a mercadoria. Tal observação, entretanto, não é uma mera observação sem mediações. A mercadoria exposta, na primeira seção do Livro Primeiro de *O capital*, é a matéria que passou pela mediação do pensamento, abstraída e mediada pela consciência que retornou como abstração concreta. Em particular no prefácio da primeira edição dessa obra, Marx (2017a) advertiu sobre as possíveis dificuldades de compreensão da seção que integra a análise da

mercadoria. Contudo, para identificar o nexos dialético entre as propriedades da mercadoria e as determinações do duplo caráter do trabalho, é necessário analisá-lo.

Segundo Marx (2017a, p. 113), a riqueza capitalista aparece como “uma enorme coleção de mercadorias”. Em outras palavras, ao avaliar a realidade é possível verificar que a riqueza capitalista é constituída pela mercadoria. À primeira vista, é um objeto externo que, por suas propriedades, satisfaz qualquer tipo de necessidade, independente se essas provêm do estômago ou da imaginação.

Sob essa perspectiva, analisando mais de perto a mercadoria, Marx (2017a) identifica inicialmente duas propriedades: o valor de uso e o valor de troca. A mercadoria é valor de uso porque possui a capacidade de satisfazer as necessidades humanas mediante suas propriedades materiais, e é valor de troca porque possui a capacidade de ser trocada por outras mercadorias. Posto isso, podemos dizer que a mercadoria é uma unidade que contém duas propriedades, valor de uso e valor de troca.

Marx (2017a, p. 114) explicitamente afirma que “[...] os valores de uso formam o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta. Na forma de sociedade que iremos analisar, eles constituem, ao mesmo tempo, os suportes materiais do valor de troca”. Nessa passagem, Marx chama a atenção para o fato de que o valor de uso é o conteúdo material da riqueza de toda e qualquer formação social. No entanto, na sociedade capitalista, o valor de uso torna-se o suporte material do valor de troca. Após identificar as determinações iniciais do valor de uso, percebe que o valor de troca requer análise mais profunda.

O valor de troca, para Marx (2017a, p. 114), aparece como uma simples relação quantitativa entre distintos valores de uso e como “[...] algo acidental e puramente relativo e, ao mesmo tempo, um valor de troca intrínseco, imanente à mercadoria; logo, uma *contradictio in adjecto* (contradição nos próprios termos)”. Carcanholo (2011) explica que o valor de troca, em um primeiro momento, é a proporção em que se trocam distintos valores de uso e, após análise mais atenta, Marx descobre dois aspectos do valor de troca: a relatividade e a variabilidade.

Dois aspectos que expressam uma contradição, em termos, pois, se o valor de troca é relativo, sua explicação científica deveria ser encontrada na relação entre os distintos valores de uso e não como algo imanente à mercadoria. Se o valor de troca é puramente casual, não há explicação científica para ele. Mas, quando se elimina a variabilidade no tempo e no espaço do valor de troca, identifica-se a aparente casualidade. Se o valor de troca não é casual deve ter alguma causalidade e, portanto, há uma explicação científica para ele.

A partir daí, segundo Carcanholo (2011), Marx constata que os valores de troca das mercadorias na realidade expressam uma igualdade, e que esses somente podem ser o modo de expressão de um conteúdo que dele pode ser distinguido, o valor. Aquelas propriedades que inicialmente apareciam na mercadoria, o valor de uso e o valor de troca, como uma unidade, são agora apropriadas por Marx como uma unidade entre valor de uso e valor. Valor de uso e valor são propriedades que constituem a mercadoria em uma unidade dialética. A essência, valor, é capturada pela forma como se manifesta na aparência, pela troca de mercadorias.

Na própria relação de troca das mercadorias, seu valor de troca apareceu-nos como algo completamente independente de seus valores de uso. Se abstrairmos agora do valor de uso dos produtos do trabalho, obteremos seu valor tal como foi definido anteriormente. O elemento comum, que se apresenta na relação de troca – ou no valor de troca – das mercadorias, é, portanto, seu valor. A continuação da investigação nos reconduzirá ao valor de troca como o modo necessário de expressão ou forma de manifestação do valor, mas este tem de ser, por ora, considerado independentemente de sua forma. (MARX, 2017a, p. 116)

Desse modo, revelado o valor escondido na relação de troca das mercadorias, Marx busca apreender sua substância e grandeza. Para tanto, abstrai os valores de uso de sua análise, porque eles estão presentes em qualquer formação social. E, se os valores de uso estão presentes em qualquer formação social, o que resta nos produtos dessa formação social particular?

Abstraindo do valor de uso dos corpos-mercadorias, resta nelas uma única propriedade: a de serem produtos do trabalho. Mas mesmo o produto do trabalho já se transformou em nossas mãos. Se abstrairmos de seu valor de uso, abstrairmos também dos componentes e formas corpóreas que fazem dele um valor de uso. O produto não é mais uma mesa, uma casa, um fio ou qualquer outra coisa útil. Todas as suas qualidades sensíveis foram apagadas. E também já não é mais o produto do carpinteiro, do pedreiro, do fiandeiro ou de qualquer outro trabalho produtivo determinado. Com o caráter útil dos produtos do trabalho desaparece o caráter útil dos trabalhos nele representados e, portanto, também as diferentes formas concretas desses trabalhos, que não mais se distinguem uns dos outros, sendo todos reduzidos a trabalho humano igual, a trabalho humano abstrato. (MARX, 2017a, p. 116)

Nessa passagem, duas observações são importantes para se compreender o duplo caráter do trabalho. A primeira traz contribuições à análise aqui desenvolvida, Marx descobre que a substância do valor é o trabalho. A segunda sinaliza para a relação entre o caráter útil do trabalho e o caráter abstrato do trabalho humano. Assim, a partir dessa relação, Marx posiciona o trabalho concreto, conexo ao valor de uso; e o trabalho abstrato, em nexos inseparáveis com o valor. Nesse sentido, as duas propriedades da mercadoria são identificadas por Marx no trabalho produtor de mercadorias, o trabalho concreto e o trabalho abstrato são a unidade de trabalho materializado nas mercadorias.

A riqueza, em qualquer formação histórica, advém do seu conteúdo material, do trabalho como produtor de valores de uso, das características específicas do trabalho que a produziu. Segundo Marx (2017a), o trabalho concreto, como criador de valores de uso, é a eterna necessidade natural de mediação entre o ser humano e a natureza; independente de qual seja a formação social, é uma condição de existência humana.

De uma crescente necessidade social de trocar distintos valores de uso e distintos trabalhos concretos surge a divisão social do trabalho. No entanto, embora a divisão social do trabalho seja condição para a existência da mercadoria, ela não é, por si, suficiente para que as mercadorias sejam produzidas. Para Marx (2017a, p. 120), tal condição somente é possível quando “[...] produtos de trabalhos privados, separados e mutuamente independentes uns dos outros confrontam-se como mercadorias”. A respeito dessa passagem a distinção entre trabalho privado e trabalho social deve ser considerada; pois, para Marx, apenas em uma sociedade de produtores de mercadoria, o trabalho concreto não é diretamente social, mas privado. É trabalho de um produtor privado, um proprietário privado de meios de

produção e organizador independente da atividade econômica. Historicamente, o trabalho privado somente se torna social por meio da igualação dos distintos trabalhos concretos.

O trabalho concreto, contido no produto, somente adquire caráter mercantil quando se desnuda de sua forma concreta e é igualado, numa determinada proporção, com as demais formas de trabalho concreto abstraídas de seu conteúdo material. À medida que o conteúdo do trabalho concreto é abstraído, restam apenas formas distintas de dispêndio de cérebro, músculos, nervos – dispêndio de força humana de trabalho, trabalho abstrato.

Assim como nos valores casaco e linho está abstraída a diferença entre seus valores de uso, também nos trabalhos representados nesses valores não leva em conta a diferença entre suas formas úteis, a alfaiataria e a tecelagem. Assim como os valores de uso casaco e linho constituem nexos de atividades produtivas orientadas a um fim e realizadas com o tecido e o fio, ao passo que os valores casaco e linho são, ao contrário, simples massas amorfas de trabalho, também os trabalhos contidos nesses valores não valem pela relação produtiva que guardam com o tecido e o fio, mas tão somente como dispêndio de força humana de trabalho. Alfaiataria e tecelagem são elementos formadores dos valores de uso, casaco e linho, precisamente devido às suas diferentes qualidades; constituem substâncias do valor do casaco e do valor do linho, somente na medida que, abstraídas de suas qualidades específicas, ambas revelam possuir a mesma qualidade: o trabalho humano. (MARX, 2017a, p. 122)

A abstração das propriedades concretas do trabalho permite que distintos trabalhos concretos sejam igualados e, portanto, trocados. Mas é a troca que determina essa igualação dos distintos trabalhos concretos em uma massa amorfa de trabalho, o trabalho abstrato. Ele pressupõe uma determinada forma de organização social, na qual os produtores individuais não estão vinculados diretamente ao processo de produção, mas ao processo de troca. O trabalho abstrato é uma forma particular de trabalho social, ou socialmente igualado, em geral; e, só se torna social, como trabalho impessoal e homogêneo, com o desenvolvimento do mercado mundial.

No capitalismo, a produção não está orientada para o valor de uso, mas unicamente para o valor. Na mercadoria, o valor de uso é subordinado ao valor, bem como o trabalho concreto é subordinado ao trabalho abstrato. A relação social, baseada na troca, produz a indiferença do produtor para com o seu trabalho concreto e torna possível a igualação dos distintos valores de uso, dos distintos trabalhos concretos. Somente por meio da troca, os distintos trabalhos concretos podem assumir a forma de trabalho abstrato e os distintos valores de uso podem se tornar valor. Nesse sentido, o trabalho abstrato resulta de uma forma particular de produção; e, na medida em que o trabalho adquire a forma abstrata, os produtos do trabalho assumem a forma valor.

Marx (2017a) conclui que todo trabalho produtor de mercadorias é, por um lado, dispêndio de força humana de trabalho, portanto, trabalho abstrato capaz de produzir valor. E, por outro lado, é dispêndio de força humana de trabalho orientado a um fim, trabalho concreto que produz valores de uso. Logo, constata-se que a mercadoria, forma da riqueza na sociedade capitalista, resulta de uma forma específica de trabalho humano, o trabalho abstrato. Ele é a particularidade dessa formação social. A unidade dialética da mercadoria, valor de uso e valor advêm da unidade contraditória entre trabalho

concreto e trabalho abstrato. Está aí a abstração mais elevada da sociedade capitalista, o nexó dialético valor-trabalho.

### ***A dupla determinação do trabalho na produção científica da educação***

Nesta seção, visamos a reconhecer a compreensão da produção científica da educação sobre a dimensão dialética do trabalho, com o objetivo de realizar análise crítica do conteúdo. Os procedimentos metodológicos adotados consistiram em identificar e avaliar produções científicas publicadas no Catálogo de Teses e Dissertações (CAPES), com o descritor trabalho abstrato e o filtro educação, na área de conhecimento.

A partir da busca realizada, encontramos quatorze produções científicas, no período entre 1991 e 2012, sendo possível a análise crítica de nove produções, devido à indisponibilidade das demais nos repositórios institucionais. As duas primeiras produções analisadas, a de Wenzel (1991) e a Thomé (1993), são claramente orientadas pelas teses do fim do trabalho (GORZ, 1980; HABERMAS, 1989; OFFE, 1984), concepções que mistificam o trabalho, vinculando-o diretamente à sua dimensão abstrata, de modo que, qualquer possibilidade de emancipação, somente poderia advir da negação do trabalho.

Wenzel (1991) toma como objeto de pesquisa a prática pedagógica do professor, com o intuito de compreender a desqualificação dela. Constata uma série de limites na análise do objeto, especialmente a da pedagogia progressista; tece profundas críticas a essa corrente teórica por ela não ultrapassar o nível da aparência. Para desvelar o real conteúdo da prática pedagógica e da qualificação e/ou desqualificação do professor e romper o nível da aparência, o autor considera necessário investigar a produção. Nessa perspectiva, “iluminado” pelo materialismo histórico, propõe identificar os elementos que determinam a prática e a desqualificação do professor.

Há, na investigação de Wenzel (1991), distintas incompreensões referentes à teoria marxiana do trabalho, entre elas a do entendimento acerca do trabalho concreto, como trabalho manual, e do trabalho abstrato, como trabalho intelectual. No entanto, a ênfase de nossa crítica recai no principal argumento do autor para criticar a contribuição da pedagogia progressista, a negação dialética do trabalho. Assim como reconhece que a pedagogia progressista não analisa a prática dos professores pelo duplo caráter dialético do trabalho, em sua dimensão dialética, incide no mesmo equívoco, só que de modo inverso. Para ele, a perspectiva emancipatória está na negação do trabalho concreto e não no trabalho abstrato, ou seja, na negação do trabalho.

[...] a pedagogia revolucionária, no que diz respeito aos seus pressupostos, não dá conta da realidade posta na sociedade capitalista. Ao confundi-la com suas expressões históricas, privilegia a negatividade, a transitoriedade, não percebendo que nessa negatividade está se produzindo o novo, que consiste na possibilidade real de o homem se conhecer enquanto sujeito da história. Ele só será sujeito da história na medida que puder se liberar da forma trabalho imediato (manual), que é a condição objetiva que o põe objeto, que o põe dominado. A condição material necessária para concretizar essa libertação do homem é o trabalho abstrato, que se expressa na negatividade do trabalho explorado, alienado, mas histórico. (WENZEL, 1991, p. 100).

Não se trata da superação do trabalho concreto pelo trabalho abstrato. O que é posto nas relações sociais capitalistas é o trabalho abstrato, não o trabalho concreto, como defende o autor. Nelas o trabalho concreto é subordinado ao trabalho abstrato. Desse modo, não é a afirmação do trabalho abstrato o caminho para a emancipação humana e, sim, a negação. Embora Wenzel (1991) se aproprie de Marx, citando algumas passagens do Livro Primeiro de *O capital*, é notória sua imprecisa concepção em torno de trabalho abstrato e trabalho concreto; a concepção mais significativa é a que considera o trabalho concreto como criador do mais-valor.

Na mesma perspectiva teórica de Wenzel (1991), porém com outro foco analítico, Thomé (1993) considerou a relação entre trabalho, tecnologia e formação humana. Para o estudo, propôs uma revisão das formulações teóricas de Marx, uma reconstituição sobre o processo de transformação do trabalho concreto em trabalho abstrato, a partir de a *Contribuição à Crítica da Economia Política*, escrita por Marx, em 1858. Embora seja um livro central para se entender o duplo caráter do trabalho na sociedade capitalista, essa possui importante limite: Marx (2008), ainda, não distinguia valor de valor de troca. O valor, essência que determina o duplo caráter da mercadoria, somente será revelado em *O capital*, em 1867.

Nesse sentido, é nítida a limitação analítica da autora, que identificou o trabalho abstrato com o valor de troca. Segundo Thomé (1993, p. 23), “[...] trabalho abstrato, o que cria valor de troca, é o oposto direto do trabalho do indivíduo particularizado, do trabalho concreto”. Entretanto, na concepção marxiana, o trabalho abstrato cria valor, sendo o valor de troca somente a forma de manifestação do valor.

Outro limite de Thomé (1993, p. 117), ao examinar o duplo caráter do trabalho, foi considerar trabalho humano, abstrato, substância social, concreta e universal. A autora atribuiu a condição de oposição entre trabalho abstrato e trabalho concreto – caracterizando um, como elemento universal, e outro, como elemento singular. Tal concepção, contudo, decorre de imprecisão metodológica, dado que o trabalho abstrato, segundo Marx (2017a), é uma forma particular de trabalho e de uma determinada formação social. Embora a autora tenha operado o referencial teórico marxiano do trabalho em sua tese, a interpretação dela propiciou uma compreensão transhistórica do trabalho abstrato na qualidade de categoria universal.

Ao abordar os conflitos em avaliação de aprendizagem, Machado (1996) identifica a necessidade de transformar a organização do trabalho pedagógico, de modo a superar a fragmentação e o isolamento das ações docentes, como constituintes fundamentais dos conflitos. Sustenta que os conflitos de aprendizagem devem ser estudados, a partir das relações de poder que articulam a organização do trabalho docente na sociedade. Desse modo, compreende que o enfrentamento dos conflitos em avaliação deve mover-se pelo repensar da relação professor-aluno e, sobretudo, pela relação dos dois com o conhecimento escolar que, de trabalho abstrato, deve deslocar-se à condição de trabalho concreto.

Entretanto, a participação na elaboração do projeto pedagógico, por si só, não assegura a construção de uma prática pedagógica desalienada, se os princípios norteadores

e a própria forma de organização desse trabalho não forem repensados, colocando, no lugar da fragmentação, a interdisciplinaridade; do trabalho abstrato, o trabalho concreto; da avaliação classificatória, a avaliação formativa, etc. (MACHADO, 1996, p. 158)

No entanto, ao concluir, Machado (1996) afirma que o poder é uma característica decorrente da natureza das relações humanas, portanto, é inevitável. Daí decorre que o problema das relações sociais não está no poder em si, em seu conteúdo, mas na forma como é exercido, ou seja, de forma autocrática ou democrática. Assim, ao deixar evidente que a negatividade social não está na existência do poder, o estudioso contradiz a premissa marxiana, que identifica a negatividade da subsunção do trabalho concreto ao trabalho abstrato, e a subsunção do valor de uso ao valor. Nesse caso, é claro o desvio da concepção dialética do trabalho no qual a determinação abstrata do trabalho assume uma posição contrária, mas não contraditória à determinação concreta do trabalho.

Moraes (2006), com o propósito de demonstrar os elementos que constituem o processo de internalização de um discurso ideológico hegemônico, por parte dos trabalhadores da construção civil, com relação à compreensão do valor social de seu trabalho, assume como pressuposto uma relação existente entre o grau de escolarização e a qualificação desses trabalhadores e seu nível de alienação política. Ainda que Moraes (2006, p. 16) se aproprie da categoria trabalho, não identifica seu duplo caráter, mas o relaciona à força de trabalho “[...] como trabalho abstrato, pode então ter dimensionado o seu valor de troca e, portanto, ser convertido o próprio trabalho em uma mercadoria”. Trabalho e força de trabalho são duas categorias distintas em Marx, não é o trabalho que é convertido em mercadoria, mas a força de trabalho.

A análise realizada por Coan (2006), tendo em vista livros e materiais didáticos para o ensino de Sociologia, no ensino médio, à luz da compreensão marxista, dissocia a categoria trabalho em geral da categoria trabalho concreto. Para o autor, que aderiu à interpretação de Tumolo (2005), o trabalho em geral é uma categoria analítica de caráter genérico que aparece sob a forma social genérica, enquanto o trabalho concreto, trabalho abstrato e trabalho produtivo aparecem sob a forma social capitalista. No entanto, a categoria trabalho em geral resulta de uma abstração das características do trabalho em condições históricas concretas, ela é uma abstração real, na qual o caráter transhistórico do trabalho concreto permanece na análise marxiana.

O equívoco de Tumolo, reproduzido por Coan (2006), deriva da perspectiva de que a categoria trabalho produtivo possa pressupor o caráter dialético do trabalho, manifesto pela contradição entre o trabalho concreto e o trabalho abstrato. Segundo Coan (2006), Tumolo radicaliza a crítica, quando propõe que, na suposta tríade marxiana do trabalho – trabalho concreto, trabalho abstrato e trabalho produtivo –, a categoria trabalho produtivo pressupõe as demais categorias. A questão crucial, em relação à análise de Tumolo (2005) e à de Coan (2006), está na impossibilidade de o trabalho produtivo pressupor o trabalho abstrato. Na sociedade capitalista nem todo trabalho é produtivo, mas todo trabalho é abstrato.

A pesquisa de Catini (2008), entre outros aspectos, tem o mérito de levar ao debate um problema teórico e socialmente relevante. Buscou verificar se a produção científica sobre o trabalho docente, nos periódicos *Educação & Sociedade* e *Cadernos de Pesquisa*, possibilita uma base adequada para a compreensão da realidade dos trabalhadores da educação. Com a intenção de confirmar sua hipótese, a de que as análises realizadas, nesses periódicos, não enfrentam as contradições das relações sociais e do Estado, assim como não valiam as implicações dessas contradições para a compreensão do trabalho docente, realiza uma pesquisa mediante abordagem marxista.

Em sua investigação, Catini (2008, p. 81) deixa claro que, para delinear os aspectos mais gerais e específicos do trabalho docente, é necessário respeitar a forma de exposição marxiana do trabalho. Para tanto, postula a necessidade de apreender a dimensão historicamente determinada do trabalho, bem como “a crítica de uma ontologia do trabalho, na qual há uma naturalização das relações sociais”.

No entanto, desconsiderando o método expositivo marxiano, inicia a análise pelo quinto do Livro Primeiro de *O capital*, no qual Marx apresenta as determinações do processo de trabalho e do processo de valorização.

Desde o primeiro capítulo, Marx já havia dado características do trabalho que produz mercadorias, tais como trabalho abstrato, trabalho concreto, trabalho socialmente necessário etc. Em seguida, Marx faz um exercício de abstração, considerando o trabalho independente da forma de organização social e do modo de produção, para contrapor à consideração do trabalho no capitalismo. Abstrair as determinações específicas do trabalho para significar se aproximar da generalidade, ou daquilo que corresponderia aos elementos mais básicos do processo de trabalho que não teve nem têm lugar em qualquer contexto histórico real. (CATINI, 2008, p. 83)

Na passagem ficam evidentes os limites analíticos da autora. Primeiro, o caráter histórico do trabalho está presente em toda a obra *O capital*, a abstração não elimina o caráter histórico. A abstração das determinações do trabalho, expressa por Marx, em seu duplo caráter, no primeiro capítulo, é fundamental para compreendê-lo; e, com mais determinações, nos capítulos posteriores. Segundo, o processo abstrativo em Marx não é uma suposição ideal, que não tem relação com o contexto histórico real. Ao contrário, as categorias somente podem ser abstraídas da realidade social. Terceiro, a concepção ontológica do trabalho não naturaliza as relações sociais, mas torna possível a compreensão do caráter histórico do ser social. Negar essa concepção é negar, por um lado, o trabalho concreto e, por outro, a contradição na qual se funda a sociedade capitalista e a possibilidade de superá-la.

Catini (2008, p.129) ainda relaciona a subsunção do trabalho ao capital, contradição que permeia a totalidade social, com uma relação específica da totalidade social, a “subordinação do trabalho ao Estado”. O processo que abstrai o conteúdo material do trabalho concreto e o subordina ao trabalho abstrato é social, histórico e universalizante. Não é adequado trazer a contradição entre trabalho e capital para o interior da relação estatal. O Estado é um complexo social imprescindível para o capital, é a forma jurídico-política do capital, atua no processo de subsunção na totalidade social, mas não possui as mesmas relações. Sem as corretas relações e mediações não é possível concluir que a força de trabalho docente não possui valor de uso.

Da mesma forma que, na mercadoria, o valor de uso torna-se o corpo para que o valor se manifeste na troca, o trabalho concreto converte-se na forma de manifestação do trabalho humano abstrato. Contudo, o aspecto concreto do trabalho não deixa de existir. É uma contradição interna da totalidade social, não é adequado tomá-la de modo dual, ora sob o ponto de vista do Estado, ora sob o ponto de vista do usuário. A abstração não é realizada pelo Estado, mas, sim, pelo capital. O Estado resulta da universalização de interesses particulares de uma classe, nele se expressam principalmente os distintos e conflitantes interesses da classe dominante e os interesses da classe dominada.

O problema central de Sangrillo (2009), por sua vez, é, de modo geral, semelhante ao de Catini (2008): compreender o entendimento da produção científica do Grupo de Trabalho, Trabalho e Educação da ANPED, sobre o fazer docente; assim como verificar se essa produção contribui para o enfrentamento da realidade social. A aproximação à dimensão dialética do trabalho permite à autora constatar que o trabalho concreto assume a forma alienada, transformando-se em trabalho abstrato, e que essa transformação altera as relações “[...] entre trabalho necessário e trabalho excedente, trabalho produtivo e trabalho improdutivo, trabalho vivo e trabalho morto, trabalho simples e trabalho complexo, trabalho manual e trabalho intelectual, ficando a força de trabalho, enquanto mercadoria, vinculada à lógica produtora de mais-valia absoluta e relativa no interior da sociedade capitalista” (Sangrillo, 2009, p. 38). A autora constata que a produção científica da educação foi, e, ainda é influenciada por compreensões que procuram conservar o trabalho abstrato, naturalizando as relações sociais capitalistas.

A análise de Sangrillo (2009, p. 51), com sua relevância para o debate contemporâneo acerca do trabalho docente, adere, por um lado, à trilogia do trabalho de Tumolo (2005) e de Lessa (2002), que reduz trabalho abstrato a trabalho produtivo; e, por outro lado, ao de Antunes (1999) e de Frigotto (2009), que se contrapõe a uma perspectiva que unilateraliza o trabalho. A autora não se posiciona diante do conflito de teses, declara que mais importante do que o conflito é ter acordo com o fato de que o sistema do capital é destrutivo e violento e sua natureza não é reformável. No entanto, o problema central desse conflito entre as teses está na compreensão do duplo caráter do trabalho, ou seja, no entendimento da principal contradição da sociedade capitalista.

Aparentemente, com maior rigor, mas caminhando no sentido dos autores mencionados, Dias (2010) observa a função da educação pública, na sociedade capitalista, via categorias marxianas: trabalho concreto e trabalho abstrato. Porém, alicerçado na linha de pensamento, denominada leitura política de O capital, desconsidera o caráter transhistórico da categoria trabalho concreto em Marx.

O trabalho útil, para Marx, é a condição eterna de existência do homem, presente em todas as sociedades – mas é preciso ter em mente que o trabalho útil por ele desenvolvido como conceito representa a particularidade, sendo correto e mesmo adequado falarmos então em trabalhos úteis e não propriamente em trabalho como abstração geral, convertido em uma esfera autonomizada, que é uma categoria especificamente moderna. (DIAS, 2010, p. 91)

É possível constatar, em Dias (2010), o reconhecimento do trabalho concreto como uma categoria específica da sociedade capitalista, uma vez que ele adere aos pensadores que se posicionam em uma linha de análise que tem, por característica basilar, a leitura de Marx, sob uma perspectiva de

conflitos sociais e antagonismo de classes, mas que recaem em uma mistificação do trabalho, negando o caráter transhistórico do trabalho concreto.

Por intermédio da ontologia marxiana, Marques Junior (2012), visando a refletir sobre as possibilidades emancipadoras do esporte escolar, não nega o caráter dialético do trabalho, argumenta que o aparecimento do trabalho abstrato não significou o desaparecimento do trabalho concreto, mas que este é subordinado ao primeiro, passando a ser sua forma estranhada. No entanto, o autor não aprofunda o duplo caráter do trabalho em Marx.

Notamos que, na seção anterior, Marx manifesta explicitamente a importância do caráter dialético do trabalho. Por um lado, expõe que a redução do conteúdo material dos distintos trabalhos concretos é realizada pela troca entre os distintos produtos desses trabalhos. Por outro lado, mostra que as partes constituintes da unidade dialética, mercadoria, embora sejam contraditórias, apresentam uma relação de interdependência e subordinação entre elas. Nessa relação, o valor não se constitui sem um valor de uso que lhe dê corpo, e o trabalho abstrato não se constitui sem a redução dos distintos trabalhos concretos; assim como os valores de uso e trabalhos concretos são determinados, respectivamente, pelo valor e trabalho abstrato. Não considerar essa dimensão dialética do trabalho leva a uma compreensão mistificada, aparente, do trabalho na sociedade capitalista.

A princípio, a análise de como a produção científica da educação interpretou o duplo caráter do trabalho nos leva a duas concepções distintas. A primeira, majoritária na produção analisada, interpreta a dimensão dialética do trabalho, desconsiderando o caráter transhistórico do trabalho. É uma concepção influenciada, em geral, pelas *teses do fim do trabalho*, que identificam o trabalho concreto com trabalho manual. Devido ao incontornável desenvolvimento das forças produtivas, o trabalho manual tenderia a desaparecer. Ainda nessa perspectiva, há a concepção que nega o caráter ontológico do trabalho, considerando a categoria trabalho concreto um mero recurso metodológico, abstraindo o conteúdo histórico e social da análise dialética do trabalho.

A segunda concepção, ainda que minoritária, implica igualmente uma mistificação do trabalho. Reduz o trabalho abstrato a trabalho produtivo. Marx advertiu nas *Teorias da Mais-Valia* (1980), e no *Capítulo VI Inédito de O capital* (2004), que o trabalho produtivo não coincide com o trabalho abstrato. O trabalho produtivo abrange todo o trabalho que está organizado sobre os princípios da produção capitalista e é empregado pelo capital produtivo. A distinção é de suma importância, visto que, na sociedade capitalista, nem todo trabalho que é subsumido pelo capital produz mais-valor, ou seja, pode ser avaliado como trabalho produtivo. De fato, todo trabalho produtor de mais-valor é trabalho abstrato, mas o inverso não é verdadeiro. A redução do trabalho abstrato a trabalho produtivo, postulada por essa concepção, reduz o trabalho abstrato ao seu aspecto quantitativo, ao tempo de trabalho socialmente necessário, e subestima o aspecto qualitativo, como forma social.

### ***Considerações finais***

Devido à complexidade da sociedade capitalista, Marx não poderia desvendar a essência da sociedade, chegar às suas determinações fundamentais, sem realizar abstrações. É por isso que tem, como ponto de partida de seu método de exposição, a mercadoria. Nela estão contidas as determinações mais abstratas que serão desenvolvidas por determinações mais concretas ao longo dos escritos de *O capital*. As causalidades e legalidades da sociedade capitalista, em última instância, dizem respeito à lei do valor contido na mercadoria.

Considerando a relevância do duplo caráter do trabalho em Marx, buscamos responder à seguinte questão: como o duplo caráter do trabalho em Marx é compreendido pela produção científica da educação? A partir dela, no sentido de dar um primeiro passo a uma resposta, delineamos como objetivo apreender o entendimento da produção científica da educação, sobre a dimensão dialética do trabalho, em teses e dissertações publicadas no Catálogo de Teses e Dissertações (CAPES), com o intuito de realizar análise crítica do conteúdo, mediada pela teoria marxiana e marxista.

Para cumprir com o objetivo proposto, realizamos, na primeira seção, um esforço analítico, baseado na teoria marxiana e marxista, no sentido de identificar o nexos dialético entre as propriedades da mercadoria e as determinações do duplo caráter do trabalho, expressas pela contradição entre o trabalho concreto e o trabalho abstrato. Destacamos os principais argumentos de Marx, no sentido de identificar o nexos dialético entre valor de uso e trabalho concreto e entre valor e trabalho abstrato. O nexos dialético entre valor e trabalho, postulado por Marx, permite reconhecer a concepção ontológica do trabalho, o caráter transhistórico do trabalho concreto, o caráter histórico do trabalho abstrato; e, essencialmente, a relação de subsunção do valor de uso ao valor, do trabalho concreto ao trabalho abstrato e do trabalho ao capital.

Na segunda seção, identificamos a produção científica da educação, que abordou o caráter dialético do trabalho, realizando análise crítica do conteúdo, mediada pela teoria marxiana e marxista, visando a capturar a concepção dessa produção sobre o tema. A partir do estudo do conteúdo foi possível estabelecer duas concepções distintas. A primeira, claramente influenciada pelas *teses do fim do trabalho*, nega o caráter transhistórico do trabalho concreto e, portanto, a concepção ontológica do trabalho em Marx. Uma fração dessa concepção nega a concepção do valor-trabalho de Marx, fundamentada na incorreta intelecção imaterial do trabalho. A principal implicação da primeira concepção é a de que os estudos partem de um aparente problema e acabam por chegar a uma aparente resposta, mas, certamente, com perversos efeitos para a luta de classes.

A segunda concepção se articula em torno de uma redução do trabalho abstrato a trabalho produtivo. Aqui a apreensão metodológica é fundamental e novamente justifica a importância do duplo caráter do trabalho para se compreender o trabalho na sociedade capitalista. Não há identidade entre o trabalho abstrato e o trabalho produtivo. Todo o trabalho produtivo, na sociedade capitalista, é trabalho abstrato, mas o inverso não é verdadeiro. Reconhecer a diferença entre a categoria trabalho abstrato e trabalho produtivo é fundamental para a análise, desconsiderá-la pode levar a compreensões parciais. A

redução do trabalho abstrato a trabalho produtivo, observado nas produções que sinalizam para essa concepção, elimina o aspecto qualitativo do trabalho abstrato, reduzindo-o a seu aspecto quantitativo.

Este artigo procurou mostrar a importância do duplo caráter do trabalho, expresso na mercadoria, célula de onde partem as legalidades da sociedade capitalista. A dupla determinação da mercadoria, o valor de uso e o valor, advêm da dupla determinação do trabalho, visualizado pela contradição entre o trabalho concreto e o trabalho abstrato. Entender o nexo dialético entre as propriedades da mercadoria e as determinações do duplo caráter do trabalho é essencial para apreender a contradição entre capital e trabalho, perceber o processo de subsumção do trabalho ao capital, e sobretudo, combater qualquer reducionismo, unilateralização e mistificação do trabalho na sociedade do capital.

### **Referências:**

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Editora Cortez, 1999.

CARCANHOLO, R. **Capital: essência e aparência** (volume I). São Paulo: Expressão Popular, 2011.

CATINI, C. R. **Trabalho docente, capital e estado: crítica de interpretações sobre o magistério no Brasil**. 2008. Orientador: Elie Ghanem. 165f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

COAN, M. **A sociologia no ensino médio, o material didático e a categoria trabalho**. 2006. Orientador: Paulo Sérgio Tumolo. 356f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

DIAS, P. V. M. **Economia política da educação de massas: a escola pública como condição geral de produção do capital**. 2010. Orientadora: Lúcia Emília Nuevo Barreto Bruno. 217f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

FRIGOTTO, G. A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias na sociedade de classes. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v.14, n. 40, p. 168-194, jan./abr. 2009.

GORZ, André. (org.). **Crítica da Divisão do Trabalho**. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

HABERMAS, J. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

HEGEL, G. W. F. **A Razão na História**. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2013.

LESSA, S. **Mundo dos homens**. Trabalho e ser social. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MACHADO, I. F. **Conflitos em avaliação de aprendizagem**. 1996. Orientador: Luiz Carlos Freitas. 193f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

MARQUES JUNIOR, W. **Esporte escolar e emancipação humana: reflexões à luz da ontologia marxiana**. 2012. Orientadora: Luci Regina Muzzeti. 256 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2012.

MARX, K. **Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MARX, K. **Capítulo VI Inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata**. São Paulo: Editora Centauro, 2004.

- MARX, K. **Contribuição à crítica da economia Política**. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MARX, K. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- MARX, K. **Cadernos de Paris & Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- MARX, K. H. **O capital**: crítica da economia política: livro 1: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2017a
- MARX, K. H. **O capital**: crítica da economia política: livro 3: o processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017b
- MARX, K; ENGELS, F. **Collected works v. 42 – letters 1864-68**. Trad. Christopher Upward e John Peet. Londres: Lawrence & Wishart, 2010.
- MORAES, E. R. **O valor social do trabalho na construção civil**: a dimensão político-pedagógica das relações de trabalho da construção civil. 2006. Orientador: Flávio Massao Matsumoto. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.
- OFFE, Claus. **Problemas estruturais do estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- SAGRILLO, D. R. **Trabalho docente**: uma análise da produção do trabalho e educação da AN-PEP. 2009. Orientadora: Sueli Menezes Pereira. 137 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009.
- THOME, Z. R. C. **Inovação tecnológica, intelectualização e autonomização da atividade humana na produção**: desafios para a educação. 1993. Orientador: Norberto Jacob Etges. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1993.
- TUMOLO, P. S. O trabalho na forma social do capital e o trabalho como princípio educativo: uma articulação possível?. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n.90, p. 239-265, 2005.
- WENZEL, R. L. **O professor e o trabalho abstrato**. Dissertação (Mestrado em Educação) - 1991. Orientador: Norberto Jacob Etges. f. 153. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1991.

---

### Notas:

<sup>1</sup> Mestre em Sociologia (UFGD). Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), na Faculdade de Filosofia e Ciências em Marília. Membro do grupo de pesquisa Organizações e Democracia (UNESP) e do grupo de Estudos e Pesquisas em Ontologia Crítica (UFF) - <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhorh/0096802243>. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5277416045428016>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7851-1212>. E-mail: [sheila.pereira@unesp.br](mailto:sheila.pereira@unesp.br)

<sup>2</sup> A carta mencionada foi escrita em 24 de agosto de 1987. Nessa Marx destaca que a maior contribuição de *O capital* foi ter revelado o “duplo caráter do trabalho” (MARX; ENGELS, 2010, p. 407, tradução nossa).

Recebido em: 19 de out. 2022

Aprovado em: 09 de dez.2022